



O PAPEL DO PROFESSOR FRENTE À INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

BARBOSA, Amanda Magalhães¹ - UNEAL

ZACARIAS, Jaqueline da Cruz² - UNEAL

MEDEIROS, Kesia Natália³ - UNEAL

NOGUEIRA, Ruth Kesia Silva⁴ - UNEAL

Grupo de Trabalho – Diversidade e Inclusão
Agência Financiadora: PIBID/ CAPES

Resumo

A inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular tem sido bastante discutida no âmbito educacional devido à complexidade das características e dificuldades apresentadas por elas quando inseridas na escola. Quando tratamos sobre o processo de inclusão escolar de crianças com autismo, diretamente recaímos sobre o papel do professor, visto que ele é o principal responsável e mediador da aprendizagem dos alunos. Desse modo, esse artigo apresenta como problemática: Qual o papel do professor frente à inclusão escolar de crianças com autismo? Com base nessa problemática, o presente artigo tem como objetivo investigar o papel do professor frente à inclusão da criança com autismo na rede regular de ensino. Para o referencial teórico do estudo contou-se com a contribuição de alguns pesquisadores, como: Órru (2003), Mello (2004), Galdino (2011), Melo, Lira e Facion (2008), Mousinho et al (2010), Lopez (2011). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando um estudo de caso com enfoque qualitativo, com o uso de uma entrevista semiestruturada. Participaram dessa pesquisa duas professoras de crianças com autismo de uma escola de tempo integral da rede pública do município de Arapiraca-AL. De uma forma geral, os resultados indicaram a necessidade do professor estar preparado para a inclusão escolar, o que significa, neste caso, inserir metodologias de ensino diferenciadas e voltadas para o atendimento dos alunos com autismo. Os dados indicaram, ainda, a importância de se estabelecer uma boa relação entre o professor e o aluno com autismo no sentido de garantir

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. E-mail: amandamagb@gmail.com

² Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência E-mail: jaquelinecruz@gmail.com

³ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. E-mail: kesianataliamedeiros@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. E-mail: ruthkesianogueira@hotmail.com

sua permanência e aprendizagem. Portanto, a relação de um professor e o seu papel frente aos alunos com deficiência, especificamente aqui o autismo, pode tornar-se primordial para que a inclusão escolar aconteça de forma bem sucedida.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão. Papel do professor.

Introdução

A busca por uma educação igualitária é tema recorrente no atual contexto educacional, principalmente quando se refere à inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Apesar da ampla discussão em torno dessa temática, ainda há uma série de limitações quanto à prática da inclusão e o papel do professor, para que o mesmo esteja preparado para lidar com as dificuldades provindas do ensino voltado para a criança com deficiência.

Quando falamos sobre a inclusão da criança com autismo na escola de ensino regular, devemos pensar também no professor, pois este deve estar preparado para receber os alunos com deficiência, sem fazer distinção, comparação ou até a exclusão dos mesmos. Diante disso, este artigo apresenta como problemática: Qual o papel do professor frente à inclusão escolar de crianças com autismo? Neste trabalho, o professor é visto como mediador no processo inclusivo, é ele quem promove o contato inicial da criança com a sala de aula e é o responsável por incluí-lo nas atividades com toda a turma. Com base nessa problemática, o presente artigo tem como objetivo investigar o papel do professor frente à inclusão da criança com autismo na rede regular de ensino.

Para o referencial teórico do estudo contou-se com a contribuição de alguns pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos pertinentes à temática que abordamos, como Órru (2003), Mello (2004), Galdino (2011), Melo; Lira; Facion (2008), Mousinho et al (2010), Lopez (2011).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando um estudo de caso com enfoque qualitativo. A pesquisa foi realizada em uma escola de tempo integral da rede pública do município de Arapiraca. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, realizadas com duas professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.

Iniciamos nossa pesquisa relatando algumas considerações históricas do autismo, destacando sua origem com base nos estudos pioneiros de Léo Kanner e Hans Asperger e nos primeiros relatos sobre ele. Além disso, abordamos as principais ideias acerca do que poderia ocasionar esse distúrbio em crianças, tendo por base investigações que estudiosos fizeram

com pessoas autistas e que levam em consideração tanto aspectos biológicos quanto aspectos ambientais.

Em seguida abordamos a inclusão de crianças com autismo em escolas de ensino regular, destacando que a inclusão de crianças com deficiência é amparada pela lei, mas que isso não basta para que haja a inclusão.

Dando continuidade, relatamos sobre o papel do professor destacando-o como mediador da aprendizagem e fundamental frente à inclusão da criança com autismo.

Nas considerações finais, enfatizamos que o papel do professor frente à inclusão é fundamental e contribui de modo efetivo tanto no desenvolvimento quanto na aprendizagem, entretanto apesar de sua importância nem sempre é valorizado ou incentivado a investir em sua formação.

Autismo: algumas considerações

O termo Autismo é de origem grega que significa “próprio” ou de “de si mesmo”, e é utilizado para denominar comportamentos humanos voltados para o próprio indivíduo. Praça (2011, p.25) elucida que a criança com autismo:

[...] permanece em seu mundo interior como um meio de fugir dos estímulos que a cerca no mundo externo. Outro motivo para o autista permanecer em seu universo interior é o fato de que, em geral, o autista sente dificuldade em se relacionar e em se comunicar com outras pessoas uma vez que ele não usa a fala como meio de comunicação. Não se comunicando com outras pessoas acaba passando a impressão de que a pessoa autista vive sempre em um mundo próprio, criado por ela e que não se interage fora dele.

Em 1906, o termo autismo foi utilizado pela primeira vez na literatura psiquiátrica, porém só passou a ser reconhecido no ano de 1912, quando Eugene Bleuler, utilizou para descrever um sintoma de esquizofrenia, o qual definiu como sendo uma “fuga da realidade” onde a criança parecia optar por não interagir com outras pessoas. Algum tempo depois essa palavra foi utilizada por dois psiquiatras: Léo Kanner e Hans Asperger para dar nomes aos sintomas diagnosticados em seus pacientes.

Todavia, ficou provado que esses pacientes apresentavam apenas uma das manifestações do autismo, que os sintomas são distintos em cada paciente e que podem apresentar intensidades maiores e menores, onde o paciente pode apresentar sinais de deficiência mental ou pode viver aparentemente uma vida próxima do normal.

Baseando-se em aspectos históricos do autismo, Klin (2007) afirma que em 1943, Leo Kanner tinha descrito 11 casos denominados por ele de distúrbios autísticos do contato afetivo e percebeu que havia nestes casos uma “incapacidade de relacionar-se” de formas usuais com as pessoas desde o início da vida. De acordo com a autora, ele também observou respostas incomuns ao ambiente, que incluíam maneirismos, motores estereotipados, resistência à mudança ou insistência na monotonia.

Considerando o estudo feito através dessas 11 crianças diagnosticadas com esquizofrenia, Kanner observou o autismo como a característica mais acentuada, chegou a afirmar que o autismo era inato, pelo fato de suas características se mostrarem precocemente, antes mesmo da criança completar três anos. Porém ao longo de seu estudo e ao ter mais contato com seus pacientes e os pais, percebeu uma relação de frieza afetiva que os pais mantinham com os filhos e que poderia ter ocasionado em comportamentos hostis que se desenvolveram inconscientemente nas crianças.

As suposições de Kanner apresentaram intensa influência no referencial psicanalítico da síndrome que apontavam em uma causa emocional ou psicológica para explicar como se desenvolve o autismo, e a qual teve como seus principais precursores os psicanalistas Bruno Bettelheim e Francis Tustin.

Bettelheim acreditava que uma falha materna poderia ser responsável pelo desenvolvimento do autismo, enquanto Tustin afirmava que havia uma fase autística do desenvolvimento normal, em que o afeto materno funcionava como uma ponte entre esse estágio do desenvolvimento da criança e a vida social. Se a mãe negasse afeto ao bebê e agisse friamente, a criança não conseguiria sair desse estágio, ficando presa na fase autística.

Desde a década de 60 no século XX, o autismo foi considerado um transtorno de origem biológica que compromete o sistema nervoso, supostamente causado pela interrupção do desenvolvimento de células do sistema límbico⁵ do cérebro.

O Autismo em seu amplo espectro de gravidade é conhecido, agora, por ter muitas etiologias. [...]. Foi estabelecido que o autismo é apenas um dos transtornos do desenvolvimento do cérebro definidos (multi) dimensionalmente e que afetam comportamentos humanos complexos (RAPIN; TUCHMAN, 2009, p. 20-22).

Após um longo caminho de descobertas, o autismo passou a ser classificado como um déficit neurobiológico que já nasce com a criança e compromete o desenvolvimento

⁵ Segundo Vila, Diogo e Sequeira (2009) é constituído por: hipocampo, septo, amígdala e o bolbo olfativo. Ele é responsável por emoções, motivação e comportamento agressivo.

cognitivo. É definido também como um transtorno invasivo do desenvolvimento (TID), que possui basicamente quatro aspectos de manifestações, que são: deficiências qualitativas na interação social, dificuldades na comunicação, protótipos de comportamento estereotipados e um repertório limitado de interesses e atividades.

Mello (2004, p.114-115), caracteriza a tríade de dificuldades que seriam as manifestações comuns causadas pelo autismo, são elas,

- Dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal.
- Dificuldade de sociabilização - este é o ponto crucial no autismo e o mais fácil de gerar falsas interpretações.
- Dificuldade no uso da imaginação - se caracteriza por rigidez e inflexibilidade e se estende às várias áreas do pensamento, linguagem e comportamento da criança. Exemplo: comportamentos obsessivos e ritualísticos.

Conforme Pereira; Riesgo; Wagner (2008) somando-se aos sintomas principais apresentados anteriormente, as crianças com autismo frequentemente apresentam distúrbios comportamentais graves, como automutilação e agressividade em resposta às exigências do ambiente, além de sensibilidade anormal a estímulos sensoriais.

Galdino (2011) assegura que o autismo diferente de muitas outras doenças ou distúrbios, traz consigo muita complexidade, pois, quase nada se sabe sobre suas causas. Ele é determinado apenas, por conta de mínimos sintomas e características que vão surgindo ao longo do tempo. Como ainda não há total clareza a respeito do autismo, muitos cientistas e estudiosos de todo o mundo tentam buscar esses fatores causadores do mesmo.

O autismo surge como uma combinação de fatores biológicos e ambientais, o processo é iniciado com a combinação múltipla de genes, mas é desencadeado de acordo com o ambiente em que o indivíduo é inserido quando nasce.

A inclusão de crianças com autismo em escolas de ensino regular

Com a aquisição de novos valores e princípios, a sociedade se mostra cada vez mais presente em discursões sobre a importância da educação inclusiva, em decorrência disso, uma série de políticas públicas têm sido desenvolvidas para promover a inclusão de crianças com deficiência em escolas de ensino regular. Essa realidade é proveniente de mudanças significativas que vêm ocorrendo no âmbito da educação escolar que ressaltam a importância

de adequar os ambientes educacionais às necessidades de crianças com deficiência. A escola que antes excluía e rejeitava crianças com deficiência, agora se vê desafiada a prover um ensino de qualidade, criando metas para enfrentar e superar as dificuldades encontradas.

De acordo com Rodriguez (2006) a exclusão é devida provavelmente a fatores culturais, que nos conduzem a pensar que a diferença é perigosa. Demanda-se cuidado com as pessoas diferentes – seja na identidade sexual, socioeconômica, de deficiência de etnia etc. As ideias feitas da sociedade sobre o que é diferente faz com que a mesma passe a excluir, isolar e banir, o que resulta na necessidade de identificar e criar programas para combater a exclusão, gerando assim um conceito contrário: a inclusão.

Klein (2010) alega que a palavra “inclusão” tem sido utilizada como jargão na área educacional para marcar as práticas que gostaríamos que fossem mais justas, democráticas e solidárias para com o outro. O ato de incluir vai além da inserção, faz-se necessário tornar o indivíduo parte de um todo, para que o mesmo não seja rotulado e excluído por apresentar comportamentos e características diferenciadas.

Já o ensino que possibilita educar de forma inclusiva para as diversidades, segundo Melo, Lira e Facion (2008, p.65),

[...] impõe a construção de um projeto que não se dará ao acaso nem de uma hora para outra e que não é uma tarefa individual. Ao contrário, trata-se de um trabalho coletivo, que envolve discursões e embates entre diferentes esferas (governo, sociedade, escola e indivíduo) em que seja possível refletir sobre que escola queremos construir e que indivíduos pretendemos formar.

Podemos entender que para acontecer a inclusão de fato, os sistemas de ensino devem criar escolas e capacitar professores e funcionários, para que os mesmos compreendam a singularidade de cada criança e aprendam a conviver, respeitar e principalmente oferecer a mesma qualidade de ensino a todos, com as mesmas condições de desenvolvimento.

De acordo com Lopez (2011, p. 16),

Professores, orientadores, supervisores, direção escolar, demais funcionários, famílias e alunos precisam estar conscientes dessa singularidade de todos os estudantes e suas demandas específicas. Esta tomada de consciência pode tornar a escola um espaço onde os processos de ensino e aprendizagem estão disponíveis e ao alcance de todos e onde diferentes conhecimentos e culturas são mediados de formas diversas por todos os integrantes da comunidade escolar, tornando a escola um espaço compreensível e inclusivo.

Diante dessa perspectiva, a inclusão da criança com autismo em sala de aula deve existir de forma consciente, o conjunto escolar tem que possuir um suporte pedagógico sólido

para incluir o aluno no contexto educacional de forma que todos os envolvidos assimilem a situação e conhecimento das metodologias a serem trabalhadas visando à superação de limitações da criança com autismo.

É necessário ressaltar que por mais importante que seja inserir a criança com deficiência na sala de aula regular, é preciso criar meios para que ela permaneça na escola, sem que tenha prejuízos em seu desenvolvimento. Nesse sentido, os princípios da escola inclusiva devem garantir conforme Carvalho (2007, p.81 apud BALBINO, 2010, p.41),

- o direito à educação;
- o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais;
- escolas responsivas e de boa qualidade;
- o direito de aprendizagem; e
- o direito à participação.

Falar sobre a inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular nem sempre é fácil, por vezes gera polêmica e amplas discussões devido à complexidade das características apresentadas quando as mesmas são inseridas no ambiente escolar. A criança com autismo, diante de convívio com outras crianças pode apresentar comportamentos agressivos com os professores e colegas, podendo ocasionar conflitos. Entretanto o professor quando recebe uma criança com autismo em sua sala de aula, sente-se desafiado ao iniciar o processo de inclusão, pois a criança apresenta grande dificuldade em interagir e se comunicar. Acerca disso, Felício (2007, p. 25),

É importante salientar que, para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste ponto, a escola é, sem dúvidas, o primeiro passo para que aconteça esta integração, sendo possível por meio dela a aquisição de conceitos importantes para o curso da vida.

Quando falamos em incluir alunos com autismo no ensino regular, automaticamente pensamos nas dificuldades de socialização do mesmo com o meio, é a partir dessa problemática que é gerada a discussão sobre esse tema. Essa inclusão exige uma boa estrutura pedagógica, além de profissionais capacitados para atender a possíveis disparidades decorrentes do comportamento apresentado por essas crianças.

A inclusão de crianças com autismo em sala de aula regular prevista em lei assegura ao aluno o direito do acesso ao ensino, ficando à escolha dos pais matricularem ou não os filhos em escolas regulares. Para que a instituição de ensino promova inicialmente o

desenvolvimento e, posteriormente, a aprendizagem é necessário que ela disponha de uma prática pedagógica coletiva na qual seja esclarecida a importância do envolvimento familiar com a escola, além de mudanças de caráter estrutural e metodológico, privilegiando um currículo que se adeque também às necessidades da criança com autismo.

Para Paulon; Freitas; Pinho (2005, p. 25-26),

As escolas, de modo geral, têm conhecimento da existência das leis acerca da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar e da obrigatoriedade da garantia de vaga para estas. As equipes diretivas respeitam e garantem a entrada destes alunos, mostrando-se favoráveis à política de inclusão, mas apontam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, como por exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação.

No entanto, existem questões que precisam ser alteradas em função da inclusão, como por exemplo, a forma pejorativa que colegas e funcionários utilizam ao se referirem criança com autismo, devido à falta de esclarecimento.

O papel do professor frente à inclusão da criança com autismo

Quando discutimos sobre a inclusão, diretamente recaímos sobre o papel do professor frente a esse processo, tendo em vista que ele estabelece um contato contínuo e duradouro com a criança. Com as mudanças sociais que vêm ocorrendo na sociedade, novas atribuições recaem sob a responsabilidade do professor, e este tem que estar preparado para lidar com as situações mais desafiadoras no dia a dia, incluindo a educação de crianças com autismo.

Quando nos referimos ao papel do professor neste artigo, pressupomos que se faz necessário uma intervenção mediatizada por parte deste, nesse sentido, o professor deixa de ser apenas um transmissor de conhecimentos para ser um orientador, que estimula o desenvolvimento e a aprendizagem a partir de interações construídas no envolvimento de toda a turma. Podemos dizer que a mediação “é processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação; a relação deixa, então, de ser direta e passa a ser mediada por esse elemento” (OLIVEIRA, 1997, p.26).

A inclusão está diretamente relacionada com o processo de ensino-aprendizagem, não basta só incluir, a escola deve ofertar um ensino de qualidade e para isso o professor deve desenvolver metodologias diversificadas e flexíveis. Para que se possa obter uma resposta positiva ao seu trabalho, essa desenvoltura terá que existir independente da heterogeneidade encontrada em sala de aula.

Lopez (2011) atribui o papel do professor como o mediador, ela o define como aquele que no processo de aprendizagem favorece a interpretação do estímulo ambiental, chamando a atenção para seus aspectos cruciais, atribuindo significado à informação concebida, possibilitando que a mesma aprendizagem de regras e princípios sejam aplicados às novas aprendizagens, tornando o estímulo ambiental relevante e significativo, favorecendo desenvolvimento.

Com relação a sua participação na inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular, o professor tem um papel determinante, pois é ele quem recepciona e estabelece o primeiro contato com a criança, seja positivo ou negativo, dessa forma ele é um grande responsável por efetivar ou não o processo de inclusão, considerando que é seu dever criar possibilidades de desenvolvimento para todos, adequando sua metodologia as necessidades diversificadas de cada aluno.

De acordo com Mousinho, et al (2010) as crianças que apresentam dificuldades de comportamento e socialização, são geralmente vistas como excêntricas e bizarras por seus colegas, tornando difícil e complexo o papel do professor diante do desafio de ensinar e incluir simultaneamente. As crianças com autismo têm dificuldade de entender sobre as relações humanas e as regras e convenções sociais. Podem ser ingênuas e não compartilham do senso comum. Sua rigidez gera dificuldade em gerir a mudança e as tornam mais vulneráveis e ansiosas. Muitas vezes não gostam de contato físico. Se a situação for mal manejada, podem acabar exploradas e ridicularizadas por outras crianças. No entanto, elas querem ser parte do mundo social e ter amigos, mas não sabem como fazer para se aproximar.

O papel do professor nessa perspectiva é tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes. Em muitas situações, as crianças com autismo ficam às margens do conhecimento ou não participam das atividades grupais, fato que exige do professor sensibilidade para incluí-lo ao convívio com o meio, visto que é no processo de socialização que se constitui o desenvolvimento e aprendizagem. É importante que o professor detecte as dificuldades existentes e investigue o nível de desenvolvimento dos mesmos, para que dessa forma ele saiba quais aspectos devem ser trabalhados com a criança.

Segundo Santos (2008, p.30),

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista geralmente é lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. O aluno deve ser avaliado para colocá-lo num grupo adequado, considerando a idade global, fornecida pelo PEP-R, desenvolvimento e nível de comportamento. É de responsabilidade do professor a atenção especial e a sensibilização dos alunos e dos envolvidos para saberem quem são e como se comportam esses alunos autistas.

É indispensável que o professor conheça todas as características e dificuldades que abrangem esse transtorno, só assim ele será capaz de planejar suas ações de modo que no vivenciar das experiências a criança não seja vítima de atos discriminatórios. Sobre isso Orrú (2003, p.1) diz,

É imprescindível que o educador e qualquer outro profissional que trabalhe junto à pessoa com autismo seja um conhecedor da síndrome e de suas características inerentes. Porém, tais conhecimentos devem servir como sustento positivo para o planejamento das ações a serem praticadas e executadas [...].

Entendemos que para um bom resultado nesse processo, o professor deve ter propriedade nas práticas aplicadas e conhecimento pleno do que é o autismo. É muito importante que ele tenha sensibilidade e serenidade para promover em sala de aula a consciência de atos inclusivos, buscando contribuir, dessa forma, no desenvolvimento e aprendizagem.

Temos observado na realidade educacional, que a formação de professores não oferece uma base sólida nos aspectos teóricos e práticos, de modo, que poucos professores possuem uma formação básica centrada nos aspectos inclusivos ou específica para o autismo, isso implica na falta de compreensão acerca das necessidades diferenciadas e conhecimentos necessários para ensinar a criança com autismo.

Além de estudar e analisar o desenvolvimento da criança com autismo, o professor tem a incumbência de tornar a sala de aula um ambiente inclusivo, possibilitando às crianças o conhecimento das diferenças e o incentivo para que elas desenvolvam a solidariedade.

O professor deve desenvolver na criança a autoconfiança e a independência, pois são características ausentes em sua personalidade. Para o professor também recai a responsabilidade de desenvolver atividades de acordo com o grau de conhecimento da criança, para que ela possa desempenhar as atividades de forma correta, possibilitando o surgimento de novas aprendizagens e o avanço no desenvolvimento de atividades escolares.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização desse trabalho, optamos por um estudo de caso com enfoque qualitativo, pois essa abordagem é interpretativa com o investigador geralmente envolvido em uma experiência sustentada e intensiva com os participantes, existindo uma relação dinâmica entre o sujeito e o objeto (CRESWELL, 2007).

Já o estudo de caso foi pensado por permitir reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes e, sobretudo, instruindo ações posteriores (CHIZZOTTI, 2006).

A pesquisa foi realizada em uma escola de tempo integral da rede pública do município de Arapiraca–AL e os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas. Esse tipo de entrevista parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa e que, em seguida oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1997).

Ainda sobre as entrevistas, podemos dizer de acordo com Lakatos, Markoni (1996) que os dados advindos das entrevistas requerem que o entrevistador tenha tempo e exige alguns cuidados, entre eles destacam-se: o planejamento da entrevista; a escolha do entrevistado; a oportunidade da entrevista, ou seja, a disponibilidade do entrevistado; as condições favoráveis que possam garantir ao entrevistado o segredo de suas confidências e de sua identidade e, por fim, a preparação específica que consiste em organizar o roteiro ou formulário com as questões importantes.

O roteiro da entrevista foi elaborado e aplicado para que pudéssemos através das falas, analisar o que as duas professoras participantes dessa pesquisa entendem e praticam com relação à inclusão de crianças com autismo em uma escola de ensino regular e, principalmente, colher informações relevantes sobre o papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo em escolas de ensino regular.

Resultados e Discussões

Para compreendermos o que foi discutido até aqui sobre a inclusão de crianças com autismo e o papel do professor frente essa inclusão, faremos uma análise dos dados coletados, através das entrevistas realizadas com duas professoras que lecionam nos primeiros anos das séries iniciais do ensino fundamental.

É preciso considerar que para abordarmos a temática em pauta os dados serão analisados e discutidos partindo dos objetivos que foram elaborados para esta pesquisa e de acordo com os seguintes eixos temáticos: concepção das professoras sobre a inclusão; a inclusão da criança com autismo em escolas de ensino regular e o papel do professor frente à inclusão de crianças com autismo.

Iniciaremos as análises caracterizando as professoras entrevistadas. A primeira professora que será denominada nesta pesquisa de Gorete, atua na área da educação há vinte e cinco anos, sua formação inicial foi o magistério e atualmente faz o curso de pedagogia, a segunda, iremos intitular de Lúcia que atua na educação há quinze anos e sua formação consiste em curso de Pedagogia e pós-graduação *lato sensu* em Alfabetização.

Pudemos perceber que uma das professoras entrevistadas, fala com pouca propriedade sobre o tema, quando questionada sobre o seu ponto de vista acerca da inclusão da criança com autismo em escola de ensino regular, a mesma afirmou que é “normal, não vejo diferença, ele não apresenta agressividade é normal” (GORETE, 2013).

Em contrapartida, obtemos a seguinte fala da outra professora:

No meu ponto de vista, mesmo o pessoal achando que é discriminação, eu acho que se ele tivesse [...] assim pudesse ter um professor pra ele, que ele ficasse na sala, mas que tivesse sempre alguém dentro da sala seria outra coisa se tivesse uma auxiliar de sala acompanhando (LÚCIA, 2013).

Nunes (2011) afirma que muitos professores que atuam nas escolas demonstram medo e até não aceitam a inclusão que esta acontecendo em todo sistema educacional em território nacional. A concepção do professor em relação à inclusão depende muito de sua formação cultural e intelectual o que, muitas vezes, acaba interferindo na prática pedagógica. Por vezes o professor quer compartilhar a responsabilidade de ensinar a criança com autismo com outras pessoas, devido às dificuldades que ele enfrente sozinho na sala de aula.

Para alguns profissionais da educação, a inclusão é vista de forma negativa, por vezes eles não se sentem preparados para lidar com as necessidades individuais que a criança com

autismo apresenta, a partir disso pudemos identificar que a professora sente dificuldades com relação a ter uma criança com autismo em sala de aula, demonstrando que deveria ter um professor voltado apenas para a educação do mesmo.

Sobre as dificuldades de ter uma criança com autismo em sala de aula, as professoras alegaram que:

Dificuldade sempre se existe né. Durante as convivências, o tempo que você tá trabalhando, você vai se habituando ao ambiente, no início eu achei difícil, como eu ia trabalhar com ele, como era que eu ia lidar com aquele menino, como era que eu ia fazer as atividades dele, a tarefa dele, foi que eu pedi orientação a minha amiga, e ela mim orientou como trabalhar, entendeu? Como trabalhar, como ficar trabalhando aí eu tô desenvolvendo meu trabalho e com a ajuda delas nós desenvolve um bom trabalho (GORETE, 2013).

Como agente está iniciando o ano, agora que ele está se adaptando, quer dizer eu ainda não posso dizer muita coisa porque ele está ainda desenvolvendo a coordenação motora. Aí quer dizer, é um avanço porque ele já avançou. O fato dele não querer fazer, aí eu tenho que encontrar meios, o que se torna difícil pra chamar a atenção dele, esperar dele o momento pra, ele fazer a atividade... Só dele se interessar já é alguma coisa. Eu acredito que no decorrer do ano ele vai se habituando e eu acho que aos pouquinhos... Não pode forçar pra que ele acompanhar pra idade dele (LÚCIA, 2013).

Segundo Coscia (2010) o professor, ao iniciar o processo de ensino aprendizagem com uma criança com autismo, terá a sensação que ela se recusa a interagir e a aprender qualquer coisa proposta por ele. Este deverá proporcionar um ambiente adequado, com intervenções necessárias para que ocorra a comunicação.

Um aspecto que interfere diretamente na prática docente, é a formação o professor, a graduação sozinha não é capaz de capacitar o professor para compreender e aprender a lidar com as diferenças e desafios presente na educação inclusiva. Sobre isso, uma das entrevistadas afirma o seguinte:

O professor deve ser bem preparado, não é só ele sair do curso de pedagogia que tem aquelas ...acho que são 120 aulas de inclusão e dizer "eu estou pronto" até porque isso não é suficiente pra que ele seja um bom professor, precisa de mais e mais capacitação, pra ele saber lidar com as dificuldades e saber ensinar (LÚCIA, 2013).

Quanto ao que foi citado acima, Nóvoa (1995, p.25) alega que:

A formação do professor não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de flexibilidade crítica sobre as práticas e de (re)construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência.

Devido às dificuldades que caracterizam a criança com autismo, já foi comprovado que ele não aprende do mesmo modo que outras crianças, ou seja, a metodologia de ensino tem que ser diferenciada, voltada para suprir às necessidades da criança. Questionamos as entrevistadas como é feita a realização das atividades. Eis as respostas:

As atividades que eu faço são totalmente diferenciadas. Por que o autista, ele não tem agilidade, não tem a coordenação motora como os alunos tem né, nos trabalhamos com: a coordenação, muito a coordenação pronunciar várias vezes as palavras para que ele possa memorizar dessa forma (GORETE, 2013).

[...] eu sempre faço, a luta é essa, assim ele ainda não tá se adaptando as atividades, uma ou outra eu passo ele faz, tem dia que ele quer fazer, mas tem dia que não faz de jeito nenhum, no momento estou trabalhando com ele a coordenação motora, que ele não tem (LÚCIA, 2013).

Monte; Santos (2004, p. 31) ressaltam que: “o aluno com necessidades educacionais especiais, por apresentar autismo, precisa ser ajudado a adquirir conhecimentos que os outros alunos aprendem naturalmente, por isso a importância da seleção de atividades”.

Para o bom desenvolvimento e aprendizagem, compreendemos a importância de estabelecer uma boa relação entre professor e aluno, visto que pode contribuir de forma significativa para a sua permanência na escola. “Atualmente essa corrente teórica tem se preocupado em buscar uma sistematização pedagógica do fenômeno educativo escolar. Nesse sentido, tornar a sala de aula como tema reflexivo, implica priorizar a relação professor e aluno (MONTEIRO, 2003, p.50). Em face disso, pedimos que as entrevistadas relatassem como é o relacionamento com as crianças com autismo, chegando às seguintes falas:

Muito bom, maravilhoso, o tratamento dele com a gente quando ele chega na escola ele já vai abraçando todo mundo, ele beija, o que eu acho interessante nele pelo menos o meu, não fala, só olha pra você e sorri, e quando ele quer uma coisa ele chama você, pega você pela mão e vai até aonde ele quer, aí essa foi uma das dificuldades, eu não sabia como a hora de levar ele para o banheiro, a hora que ele queria tomar água e hoje eu já sei, quando ele quer água, ele mostra o caneco, quando quer ir ao banheiro ele coloca a mão, porque ele não fala mesmo, ele não desenvolveu a fala (GORETE, 2013).

É razoável, só que tem momentos que a gente exige pra ele fazer as atividades, ficar sentado, aí ele grita e joga o lápis, fica batendo na banca, chutando a porta, às vezes se alguém pegar alguma coisa dele, ele morde, já bateu em uma colega com o caderno (LÚCIA, 2013).

Considerações finais

Diante do que foi estudado e analisado, compreendemos que é importante tornar acessível à entrada e permanência de crianças com autismo em escolas de ensino regular, no entanto, não é uma tarefa fácil tornar uma escola inclusiva, é necessário que governo, escola e família trabalhem juntos em prol da oferta de educação de qualidade, com as devidas condições e possibilidades para o desenvolvimento e aprendizagem.

Não podemos falar sobre inclusão sem fazer referência ao processo de ensino – aprendizagem, já que a inclusão tem o intuito de prover as mesmas condições a todos os alunos, visando o desenvolvimento e aprendizagem dos mesmos.

Através desse trabalho, identificamos o papel do professor como mediador da inclusão, ou seja, ele cria situações que oportunizam esse processo, se aproximando e gerenciando conflitos de modo que se faça compreender que as diferenças são características de todos os alunos, independente de ser deficiente ou não. Compreendemos também, que a falta de uma formação sólida voltada para os aspectos inclusivos, reflete negativamente na prática docente do professor, pois ele precisa, de forma contínua, estar em contato com novas informações no que se refere a sua atuação profissional.

Notamos ainda, que apesar das dificuldades existentes, o processo de inclusão é sim possível, desde que haja comprometimento e envolvimento por parte do professor, uma boa formação pedagógica, além de apoio escolar e familiar.

REFERÊNCIAS

BALBINO, E. S. **A inclusão de uma aluna com deficiência visual na universidade estadual de alagoas: um estudo de caso**. 2010. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Maceió, 2010.

COSCIA, M. R. **As intervenções do professor na aprendizagem de crianças com autismo no Ensino Fundamental I**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem). Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2010. Disponível em: < www.crda.com.br/tccdoc/47.pdf>. Acesso em: 15 Maio.2013.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: vozes, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos.** Tradução: Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FELICIO, V. C. **O autismo e o professor: um saber que pode ajudar.** Bauru, 2007.

GALDINO, M. J. **A inclusão educacional de um aluno com autismo em uma escola de ensino fundamental do município de Arapiraca.** Arapiraca: 2011.

KLEIN, R. R. A escola inclusiva e alguns desdobramentos curriculares. In: KLEIN, R. R.; HATTGE, M. D (Org.). **Inclusão escolar: implicações para o currículo.** São Paulo: Pia Sociedade Filhas de São Paulo, 2010.

KLIN, A. **Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-4462006000500002&script=sci_arttext>. Acesso em: 07 Jun. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1996.

LOPEZ, J. C. **A formação de professores para a inclusão escolar de estudantes autistas: contribuições psicopedagógicas.** 2011. Trabalho final do curso (Especialização em psicopedagogia clínica e institucional) - Universidade de Brasília. Instituto de Psicologia – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED, Brasília, 2011.

MELLO, A. M. S. Rosde. **Autismo: Guia Prático.** Ed. 3ª. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE; 2004.

MELO, S. C. de.; LIRA, S. M. de.; FACION, J. R.; Políticas inclusivas possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R (Org.). **Inclusão escolar e suas implicações.** Curitiba: Ibipex, 2008.

MONTE, F. R. F. do; SANTOS, I. B. dos. (COORD.). **Saberes e práticas da inclusão- Dificuldades acentuadas de inclusão: Autismo.** Brasília, MEC, SEESP, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educacao%20infantil%203.pdf>>. Acesso em: 19 Maio 2013.

MONTEIRO, A. T. M. **Educação inclusiva: um olhar sobre o professor.** 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação; Programa de Pós- Graduação. Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85VK7H/1000000517.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 Maio 2013.

MOUSINHO, Renata et al. **Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões.** Rev. psicopedagogia. [online]. 2010, vol.27, n.82, pp. 92-108. ISSN 0103-8486.

NÓVOA, Antônio (Org.). **Os Professores e Sua Formação**. 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

NUNES, S. M. **A concepção dos familiares, professores sobre a inclusão dos alunos com necessidade especiais na escola regular**. 2011. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloquiointernacional/article/view/1240>>. Acesso em: 19 Maio 2013.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

ORRÚ, S. E. A Formação de Professores e a Educação de Autistas. **Revista Iberoamericana de Educación** (Online), Espanha, v. 31, p. 01-15, 2003.

PAULON, S. M.; FREITAS, L. B. de L.; PINHO, G. S. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/docsubsidiariopoliticaideinclusao.pdf>>. Acesso em: 12 Maio. 2013.

PEREIRA, A.; RIESGO, R. S.; WAGNER, A. B. **Autismo infantil: tradução e validação da Childhood Autism Rating Scale para uso no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572008000700004>. Acesso em: 03 Ago. 2012.

PRAÇA, E. T. P. de. **O. Uma reflexão acerca da inclusão de aluno autista no ensino regular**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) Universidade Federal de Juiz de Fora .Instituto de ciências exatas. Pós-Graduação em Educação Matemática, Juiz de Fora, 2011. Disponível em:< www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Dissertação-Elida.pdf>. Acesso em: 25 Maio. 2013.

RAPIN, I.; TUCHMAN, R. Onde estamos: Visão geral e definições. In: RAPIN, I.; TUCHMAN, R (Org.). **Autismo: abordagem neurobiológica**. São Paulo: Artmed, 2009.

RODRIGUEZ, D. (Org.). **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, A. M. T. dos. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem). Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem (CRDA), São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.crda.com.br/tccdoc/22.pdf>>. Acesso em: 15 Maio. 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1997.

VILA, C.; DIOGO, S.; SERQUEIRA, S. **Autismo e Síndrome de Asperger**. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0140.pdf>>. Acesso em: 03 Ago. 2012.